

Universidades Lusíada

Tavares, João António de Mendonça Vieira Lopes,
1991-

**A perspetiva de Franco Nogueira sobre a Aliança
Luso-Britânica**

<http://hdl.handle.net/11067/8185>

<https://doi.org/10.34628/RVAN-CY17>

Metadados

Data de Publicação

2024

Resumo

Tendo como ponto de partida o capítulo titulado "A Aliança com Inglaterra": "O Tratado de Windsor" da autoria do embaixador Alberto Franco Nogueira (1918-1993), inserido no livro de atas do Ciclo de Conferências sobre a Batalha de Aljubarrota, com recurso às outras publicações relevantes sobre a temática do mesmo autor, procuramos explicar o porquê da importância estratégica da aliança entre Portugal e a Inglaterra na política externa portuguesa. Pretendemos com esta investigação é evidenciar q...

Taking as a starting point the chapter entitled "The Alliance with England": "The Treaty of Windsor" written by ambassador Alberto Franco Nogueira (1918-1993), inserted in the book of acts of the Cycle of Conferences about the Battle of Aljubarrota, using the other relevant publications on the topic by the same author, we seek to explain the strategic importance of the alliance between Portugal and England in Portuguese foreign policy. Our intention with this investigation is to highlight that, ...

Editor

Universidade Lusíada Editora

Palavras Chave

Nogueira, Alberto Franco, 1918-1993 - Crítica e interpretação, Portugal - Relações externas - Grã-Bretanha, Grã-Bretanha - Relações externas - Portugal, Portugal - Relações externas - História, Grã-Bretanha - Relações externas - História

Tipo

article

Revisão de Pares

Não

Coleções

[ILID-CEJEIA] Polis, s. 2, n. 10 (Julho-Dezembro 2024)

A perspetiva de Franco Nogueira sobre a Aliança Luso-Britânica

Franco Nogueira's perspective about the Portuguese-British Alliance

João Tavares

Doutorando em Relações Internacionais pela NOVA FCSH

Email: a2022117390@campus.fcsh.unl.pt

ORCID: 0000-0002-3764-8797

DOI: https://doi.org/*****

Summary

Introdução

1. A leitura de Franco Nogueira sobre a importância da Aliança Luso-Britânica na política externa portuguesa
2. A Aliança Luso-Britânica na política externa portuguesa do pós-25 de Abril de 1974

Conclusão

Referências bibliográficas

Resumo: Tendo como ponto de partida o capítulo titulado A Aliança com Inglaterra: O Tratado de Windsor da autoria do embaixador Alberto Franco Nogueira (1918-1993), inserido no livro de atas do Ciclo de Conferências sobre a Batalha de Aljubarrota, com recurso às outras publicações relevantes sobre a temática do mesmo autor, procuramos explicar o porquê da importância estratégica da aliança entre Portugal e a Inglaterra na política externa portuguesa. Pretendemos com esta investigação é evidenciar que, apesar da rutura política e ideológica efetuada na sequência do golpe de estado do 25 de Abril de 1974, a aliança permanece importante na política externa portuguesa, apesar da presença portuguesa na fundação da NATO e da adesão portuguesa à CEE, uma vez que a Aliança Luso-Britânica ainda não foi substituída, nem perdeu a validade, ou mesmo a relevância na política externa portuguesa.

Palavras-chave: Aliança Luso-Britânica;

Franco Nogueira, Política Externa Portuguesa; Tratado de Windsor; Realismo; Teorias das Relações Internacionais.

Abstract: Taking as a starting point the chapter entitled The Alliance with England: The Treaty of Windsor written by ambassador Alberto Franco Nogueira (1918-1993), inserted in the book of acts of the Cycle of Conferences about the Battle of Aljubarrota, using the other relevant publications on the topic by the same author, we seek to explain the strategic importance of the alliance between Portugal and England in Portuguese foreign policy. Our intention with this investigation is to highlight that, despite the political and ideological rupture carried out following the coup d'état of the 25th of April 1974, the alliance remains important in Portuguese foreign policy, despite the Portuguese presence at founding of NATO and accession of Portugal to the EEC, since the Portuguese-British Alliance has not yet been replaced, nor has it lost its validity, or even its relevance in Portuguese foreign policy.

Keywords: Luso-British Alliance; Franco Nogueira, Portuguese Foreign Policy; Treaty of Windsor; Realism; International Relations Theories.

Introdução

Em 17 de Outubro de 1985, no âmbito do ciclo comemorativo da Batalha de Aljubarrota, o embaixador Alberto Franco Nogueira proferiu uma conferência na Sociedade Histórica da Independência de Portugal, titulada “A Aliança com Inglaterra: O Tratado de Windsor”, onde realizou um levantamento histórico sobre as origens da aliança entre Portugal e Inglaterra no século XIV, e o porquê de a mesma ter perdurado até ao período do Portugal Contemporâneo, não deixando de realizar uma análise da evolução da aliança ao longo da História de Portugal, o que por si só, representa outro sinal da realpolitik presente no seu pensamento político (Tavares, 2024; Tavares, 2023; Tavares, 2020; Pinto, 2013).

Na sua intervenção, Franco Nogueira demonstra um domínio sobre a História de Portugal, o que demonstra a importância da História dentro do seu pensamento político, uma vez que recorre ao contexto histórico do povo português para situar Portugal nas diferentes configurações do sistema internacional, que eram hostis ao interesse nacional português e uma ameaça à sobrevivência do Estado Português, não deixando de dar destaque ao confronto entre o Atlântico e a Europa que esteve presente na política externa portuguesa, desde a emergência da nacionalidade portuguesa, evidenciando a importância a aliança com a potência marítima dominante do sistema internacional. Como observa Franco Nogueira (1985, p. 263), “desde os primórdios da nacionalidade portuguesa as relações com Inglaterra adquiriram um matiz próprio, um carácter

que distinguiu das relações com os outros povos, Estados ou reinos”, sendo vital na esteira da grande estratégia (Kitchen, 2024) de uma pequena potência como Portugal para aguentar a pressão continental dominante na Península Ibérica, representada primeiro pela coroa castelhana, e depois o Reino de Espanha. Ou seja, “a ainda frágil nacionalidade portuguesa albergava, talvez de uma forma difusa, sentimento paralelo: estava perante o que, por comparação, era uma vasta massa peninsular, para mais hostil quase desde início” (Nogueira, 1985, p. 263).

“As alianças são geralmente consideradas como constituindo acordos formais entre dois ou mais Estados com o objetivo de coordenar os respetivos posicionamentos face à eventualidade de ocorrências específicas” (Godinho de Matos, 2023, p. 1), pelo que é do entendimento do embaixador Franco Nogueira, que a aliança luso-britânica, mais do que um instrumento diplomático importante na política externa portuguesa, representa uma coerência e uma constante no comportamento da ação externa portuguesa, uma vez que tem uma tradição de continuidade, ao longo da História de Portugal. O mesmo ocorreu no lado inglês, perante a consolidação do seu Estado, o que “coincidiu o sentimento de receio em face do continente europeu – mais vivo do que nunca durante a Guerra dos Cem Anos – e da necessidade de um ponto de apoio para defesa perante aquele” (Nogueira, 1985, p. 263), uma vez que em terras inglesas, “um sentimento de insularidade torna-se dominante; em Portugal cresce o sentimento de periferia, de extremo da terra; e para ambos o mar – o vasto Atlântico – surge e impõe-se como ponto de apoio, como estrada de onde pode vir ajuda, como caminho que pode levar não se sabia aonde” (ibidem). E ambos Estados partilhavam um desígnio comum, a sua sobrevivência no sistema internacional contra as grandes potências continentais, sendo Portugal uma pequena potência preocupada em evitar ser absorvida pelo poder castelhano e a Inglaterra uma grande potência marítima que pretendia impedir que uma grande potência continental conseguisse alcançar a hegemonia sobre os restantes Estados no continente europeu, o que exigia o exercício efetivo de todos os seus recursos disponíveis. Franco Nogueira nota que o debate Atlântico versus Europa não estava restrito ao campo da polí-

tica externa portuguesa, estando igualmente presente na política doméstica portuguesa ao longo da História de Portugal, sob diferentes configurações do sistema internacional.

Tendo em consideração o contexto histórico e geopolítico, e a sua respetiva evolução, Franco Nogueira não deixa de alertar os leitores para o facto de a ameaça espanhola na Península Ibérica não ter sido extinta com as Comunidades Europeias ou com o fim do regime franquista, “reforçando uma noção de fronteira inexpugnável contra a Espanha, que foi tanto realidade física quanto, sobretudo, representação e barreira mental” (Sardica, 2017, p. 112).

Assim sendo, tendo esta monografia como ponto de partida, não deixando de recorrer a bibliografia relevante da sua autoria, procuramos explicar o porquê de a aliança luso-britânica ter permanecido em vigor até aos dias de hoje e qual a sua relação com sobrevivência de Portugal no sistema internacional enquanto Estado soberano?

1. A leitura de Franco Nogueira sobre a importância da Aliança Luso-Britânica na política externa portuguesa

Perante a insularidade da Inglaterra perante o continente europeu, especial perante as grandes potências continentais como Castela, após as consequências nefastas da Peste Negra, e a continuação da Guerra dos Cem Anos, a situação política inglesa é instável, mas mesmo assim, “nem por isso deixam Ricardo II e os seus conselheiros de prestar a sua atenção a Portugal: este cada vez mais se impõe como pedra essencial da política de Inglaterra no continente europeu” (Nogueira, 1985, p. 265), o que evidencia a presença do debate do binómio Atlântico versus Europa dentro da política doméstica portuguesa, com a existência dos partidos inglês e castelhano no seio da corte portuguesa durante o reinado de D. Fernando (1367-1383) e a regência de D. Leonor Teles (1383-1384), sendo durante a regência desta última que ocorreu um confronto político entre o partido inglês e o partido castelhano pela ascendência política sobre a coroa portuguesa, o que degenerou em revoltas e num golpe de Estado que vai depor a regência pró-castelhana e iniciar uma nova dinastia com João das Regras, o Mestre de Aviz que viria a ser D. João I de Portugal, assente na in-

dependência nacional e contra o imperialismo castelhano, uma vez que, “o Mestre de Aviz, com outra perceção dos interesses permanentes de Portugal, e sem embargo dos seus 26 anos, compreende que para se defender de Castela tem de buscar o apoio da Inglaterra” (Nogueira, 1985, pp. 266-267), para resistir à incorporação de Portugal na coroa castelhana, sendo o seu momento decisivo com a Batalha de Aljubarrota, “Se os portugueses a houvessem perdido, a independência portuguesa teria desaparecido em algumas semanas e a unificação de todos os reinos peninsulares debaixo da coroa castelhana seguir-se-lhe-ia em breve” (Nogueira, 1985, pp. 267-268).

Na ótica de Franco Nogueira (1985, p. 268), “uma derrota portuguesa teria também permitido aos Reis de França e de Castela enfrentar a Inglaterra com uma tão esmagadora concentração do poder, que à Inglaterra nada mais restaria do que fazer a paz nos termos ditados pela França”. Foram os eventos políticos extra-peninsulares que ditaram a invasão anglo-portuguesa às regiões da Galiza e de Leão, assim como a não vingança da pretensão do Duque de Lencastre sobre o trono castelhano, sendo que anos mais tarde o Reino de Castela acabou por reconhecer a independência portuguesa e a legitimidade de D. João I como Rei de Portugal, o que permitiu a instalação da paz geral na Península Ibérica. Após a batalha de Aljubarrota, Portugal aproximou-se do governo de Londres, uma vez que o Duque de Lencastre, na altura, estava posicionado como pretendente ao trono do Reino de Castela, com o apoio de Ricardo II, o então rei inglês. Na sequência da disputa do trono castelhano, os contactos anglo-portugueses foram objeto de um aprofundamento do interesse de ambos, o que contribuiu para a materialização do Tratado de Windsor, celebrado a 9 de maio de 1386 entre Ricardo II e os representantes plenipotenciários portugueses, que “apõem os seus selos nos documentos” (Nogueira, 1986, p. 269). Desde então, o binómio Atlântico versus Europa tem como reflexo estatal no âmbito da política externa portuguesa, a Inglaterra, a potência marítima dominante, e Castela, a única potência continental que faz fronteira terrestre com o Reino de Portugal.

De acordo com o embaixador Franco Nogueira, o instrumento político-diplomático celebrado entre as duas coroas atlânticas, não se

esgotou com a batalha de Aljubarrota, uma vez que “em torno de Aljubarrota: muitas são as conclusões a tirar: com a mudança da dinastia, o colapso das elites que se volveram para Castela, a ascensão de novas classes ao plano superior da política e do governo, o «portuguesamento» do Estado, a nacionalização da administração, outras ainda” (Nogueira, 1985, p. 270).

Porém, a ameaça da absorção territorial de Portugal por Castela, que mais tarde, passará a designar por Espanha permaneceu uma ameaça permanente (Nogueira, 2000b), e todas as vezes que Portugal perdeu a sua independência a aliança com Inglaterra entrou em crise. Primeiro, por causa da fraqueza de Versatilidade e fraqueza de D. Fernando, ambição de Catarina de Áustria, e segundo por causa da aventura de D. Sebastião em Alcácer Quibir o que contribuiu para instauração da Dinastia Filipina ao trono português. Nestes dois exemplos, acabou por o partido castelhano na sociedade portuguesa e “por isso foram uma Aljubarrota política que os portugueses perderam” (Nogueira, 1985, p. 270). “E aos dois momentos históricos há mais um traço que lhes é comum: foi a obediência cega e o respeito sacrossanto por um mito alheio – o carácter imperativo que se atribuía á aplicação rigorosa das leis de sucessão ao trono – que provocaram as duas crises, ainda que em 1580 esse rigor devesse levar a afastar um rei estrangeiro”, sendo que em ambos momentos “em torno da sorte de Portugal se jogava a grande política das grandes potências da época e que se procurava, à custa de Portugal, alterar a relação de forças, ou restabelecê-la, consoante o ponto de vista dos interessados. Não jogou em 1580 a aliança inglesa porque esta não pode jogar contra a vontade nacional” (Nogueira, 1985, p. 270-271), o que revela a importância da aliança luso-inglesa para o governo de Londres, uma vez que era um instrumento ao serviço da sua política externa na arena da política internacional, onde se jogava a política das grandes potências. Com a ascensão da Casa de Bragança sob D. João IV ao trono português e a guerra pela Restauração “de novo surge e lugar de destaque a carta inglesa; e a velha aliança aparece reforçada pelo casamento da Infanta D. Catarina com Carlos II de Inglaterra” (Nogueira, 1985, p. 272).

No entanto, tal não significa o fim da ambição

“Porém, a ameaça da absorção territorial de Portugal por Castela, que mais tarde, passará a designar por Espanha permaneceu uma ameaça permanente.”

imperial castelhana de unir todas as nações ibéricas sob a coroa espanhola, nem significou o fim do iberismo. Como observa Franco Nogueira, o iberismo, “ciclicamente ressuscita, e afirma-se tão vivo e intenso como nos episódios passados e a ânsia de incorporação de Portugal em Espanha mantém-se como traço constante da política espanhola. Integrar, absorver Portugal no seu todo político e soberano, é o objetivo interrupto de Madrid” (Nogueira, 1985, p. 272), que representa a ambição imperial castelhana, desde os tempos medievais, onde “a política iberista é que impunha e levava aos casamentos dinásticos e estes resultavam daquela” (Nogueira, 2000a, p. 245).

Como consequência da sua localização geográfica, Portugal foi afetado pelas crises da Guerra de Sucessão de Espanha e a Guerra dos Sete Anos, com o iberismo a mostrar sinais da sua presença na política externa espanhola, em cada um desses eventos históricos. Mesmo dentro da sociedade espanhola, o iberismo teve diferentes desenvolvimentos, quer sob a égide da Monarquia, quer sob a República, não deixando de quer cumprir o seu desígnio imperial de absorver Portugal para assegurar o domínio castelhano sobre a Península Ibérica, independentemente da forma política do Estado espanhol, como observa Franco Nogueira, no seguinte excerto:

“Pois tem de se dizer que, sob formas exteriores diferentes, e usando novos métodos, o iberismo se mantém com os mesmos objetivos e com toda a sua vivacidade. Foi iberista a monarquia constitucional espanhola: Afonso XIII, como Filipe II, queria

encurtar as distâncias entre Madrid e Lisboa, e também considerava a capital portuguesa como o porto natural de Espanha sobre o Atlântico, pelo que importava obter o seu domínio. Afonso XIII, como Filipe II, aconselhava os espanhóis da fronteira a cultivar relações de amizade e a atrair os portugueses raianos, para os absorver económica e psicologicamente. Foi agudamente iberista a república espanhola da década de 1930, e desde os anarquistas aos conservadores, o iberismo constituía forte sentimento comum: foi iberista Manuel Azaña, como o foram Alexandre Lerroux, Alcalá Zamora, Calvo Sotelo. No plano da alta intelectualidade espanhola, e salvo talvez por Gregorio Marañón, defenderam a anexação de Portugal, homens como Ortega y Gasset, ou Miguel de Unamuno, ou Pedro Sainz-Rodriguez. Ou Menedez Pelayo, para quem a Espanha é a península, e todo o complexo peninsular continua a ser Espanha sem embargo de 1640. Ou o eminente historiador Claudio Sanchez-Albornoz: este, que foi embaixador em Lisboa por 1936, (...). Foi iberista a Falange Espanhola, foram iberistas as juventudes de Serrano Suñer, foi iberista o movimento do General Franco; e é dessa época o famoso livro Reivindicações Espanholas, de que são autores Fernando Castiella, futuro Ministro das Relações Exteriores de Espanha, e o Conde Motrico, também futuro ministro; como é desta época o grande cartaz contendo as armas de Aragão, Castela e Portugal, sob a águia dos Reis Católicos e tendo por debaixo a legenda «o império espanhol», exactamente como o D. João I de Castela o fizera em 1385” (Nogueira, 1985, p. 274-275).

Após a Paz de Vestefália, como nota Nogueira “começaram os responsáveis portugueses a enredar os interesses puramente nacionais no vespeiro das quezílias, das intrigas, das querelas do continente europeu” (Nogueira, 2000a, p. 66), sendo “a fraqueza e a hesitação internacional; foi a confiança imprudente num equilíbrio europeu que se presumia favorável a um Portugal independente e soberano; e foi o valor atribuído a atitudes aparentemente amigas por parte de países continentais” (ibidem), o que levou ao espoletar do Ultimato britânico de 1890. O Rei D. Carlos teve consciência do desastre e procurou levar

a cabo uma política externa para recuperar o terreno perdido durante o seu reinado, e que D. Manuel II tratou de dar continuidade no seu curto reinado.

A Primeira República, “com intenções tão altas quanto inábeis e ingénuas, enleou mais a nação [portuguesa] nas querelas europeias” (Nogueira, 2000a, p. 66), uma vez que não havia nenhuma razão para a entrada portuguesa na Primeira Guerra Mundial, “salvo o desejo republicano de diferenciar a geopolítica de Portugal da de Espanha” (ibidem).

Durante a Guerra Civil de Espanha, não foi diferente, sendo o conflito entre as tropas nacionalistas e as forças republicanas uma guerra interna entre duas visões de sociedade, no qual Portugal era percecionado como parte integrante de uma Espanha unida (Nogueira, 2000a). Historicamente, Portugal é um Estado-Nação, ao contrário de Espanha, que sempre foi um Estado composto por várias nações, tendo o imperialismo castelhano como força directora do Estado espanhol, e por essa razão, para os espanhóis “a unidade política da península constitui um imperativo” (Nogueira, 1985, p. 275) do imperialismo castelhano a ser cumprido.

Todavia, perante a ameaça maior representada pelos republicanos apoiados pela Rússia comunista em relação às tropas franquistas apoiadas pela Alemanha nazi e a Itália fascista, Portugal optou por uma neutralidade, tendo em vista assegurar a sua sobrevivência no sistema internacional, tal como durante a Segunda Guerra Mundial, no qual a aliança luso-britânica representou um instrumento fundamental ao serviço da política externa portuguesa. Iniciada as hostilidades em 1939, Portugal declarou-se neutral, “mas não se eximiu, no mesmo momento, a confirmar a aliança luso-britânica” (Nogueira, 2000a, p. 67). Como nota Nogueira (2000a, p. 67), “esta neutralidade, se era possível no plano de um direito internacional do tempo de paz, aparecia na altura condicionada por factores da mais alta complexidade”, que eram “a atitude de Espanha, a salvaguarda dos altos interesses nacionais, a defesa da integridade e da independência portuguesas, o jogo da própria aliança com Inglaterra”.

Neste contexto, e tendo em conta a dialética permanente da Península Ibérica, Franco Nogueira chama atenção para a problemática da participação portuguesa no mercado comum

europeu, cujo futuro está vinculado ao projecto de integração europeia franco-alemão, patrocinado pelos EUA:

“Mas não há unidade europeu, sem reunificação da Alemanha, e com a reunificação da Alemanha a produzir-se mais tarde ou mais cedo, não haverá Mercado Comum. Para a França, o objetivo fundamental do Mercado Comum é o de manter a divisão da Alemanha; quando esse objetivo não puder ser prosseguido, cessa a CEE. Mas, entretanto, estará efetivamente organizado um mercado comum ibérico, em que estão face a face e em contacto desprotegido duas economias: uma fraca, vulnerável, debilitada (...) [Portugal], e a outra, a espanhola, poderosíssima, por comparação” (Nogueira, 1985, p. 277)

Durante a Guerra Fria, o relacionamento com a Grã-Bretanha permaneceu importante, apesar do enfraquecimento britânico enquanto grande potência e respetiva substituição pelos EUA como potência marítima dominante no sistema internacional. Nem a participação portuguesa na Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) e nem a adesão portuguesa à Comunidade Económica Europeia (CEE) substitui a aliança luso-britânica ou determinou o seu fim ou a perda da sua validade, uma vez que o sistema internacional está em permanente mutação e os desafios geopolíticos continuam a existir, o que é confirmado por Franco Nogueira no seguinte excerto:

“As realidades geopolíticas a que o tratado correspondeu não se modificaram, nem envelheceram. É por isso que através de todos os regimes nos dois países, de todas as vicissitudes, a aliança nunca foi denunciada por nenhum governo: para Portugal, é um anteparo e um apoio para defesa quanto à Espanha; para a Inglaterra, é a garantia de uma porta aberta no continente europeu, como nos tempos da guerra da sucessão de Espanha, ou das guerras napoleónicas, ou como na Segunda Grande Guerra (pois outra coisa não foram as facilidades concedidas nos Açores em nome da Aliança). Mas são impecáveis os ingleses? Tudo são rosas na aliança? Não: muitos espinhos surgiram no decurso dos anos, e esse é o preço

a pagar, ainda que muitos desses espinhos houvessem surgido mais por nossa culpa – a nossa fraqueza financeira, a nossa desorganização, a nossa política mole – do que por deliberada decisão britânica. De resto, a aliança mantém-se em pleno vigor” (Nogueira, 1985, p. 279).

2. A Aliança Luso-Britânica na política externa portuguesa do pós-25 de Abril de 1974

Ao longo da História, em todos os momentos críticos de política externa portuguesa desde as invasões napoleónicas, a manutenção da aliança luso-inglesa, e depois luso-britânica era e continua a ser um dos principais objetivos de política externa, “consubstanciados nos três períodos que marcaram a vida política portuguesa: o Peninsular, o Imperial e o Europeu” (Pontes, 2016, p. 104).

Perante a transição democrática, o quadro das relações externas altera-se por inteiro (Severiano Teixeira, 2010). Como nota Silva (2022, p. 30), “o triângulo Lisboa-Madrid-Londres e mais tarde Lisboa-Madrid-Estados Unidos desaparece, valorizando-se o multilateralismo, onde a europeização vem substituir a vertente atlântica”, de forma gradual.

Todavia, a aliança entre Lisboa e Londres continuou a operar no novo quadro das relações externas e manteve a sua relevância. Portugal manteve a perceção da ameaça da Rússia soviética, visão que já vinha desde o tempo de Salazar, e em sintonia com a Grã-Bretanha, reconhecendo a centralidade dos EUA na arquitetura de segurança e defesa do espaço euro-atlântico, enquanto superpotência hegemónica, assim como assegurado a manutenção da sua pertença na NATO.

Inglaterra, também conhecida por Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, já era membro das Comunidades Europeias, desde 1973, pelo que apoiou ativamente a adesão de Portugal para a então Comunidade Económica Europeia, sendo que a adesão portuguesa “veio a revelar-se de grande utilidade naquela conjuntura, quer no plano comercial quer na aceitação então dispensada pela Europa” (Godinho de Matos, 2023, p. 3). Como observam Balla e Rocha-Cunha (2023, p. 630), “na realidade, os velhos aliados entram juntos em mais um comum «tempo mundial»”, permanecendo juntos em quadros multilaterais e de integração económica e política inéditos,

divergindo quanto à natureza da integração europeia, sendo que Portugal aderiu à moeda única e ao Espaço Schengen e o Reino Unido não, por exemplo.

Ainda no domínio dos assuntos europeus, tanto o Tratado de Maastricht de 1992 e o Tratado de Lisboa de 2007, foram soluções de compromisso possível entre os Estados-membros, numa tentativa de convergência, tendo muitas das exigências britânicas sido acolhidas nas suas elaborações. Aliás, um dos exemplos de soluções de compromissos, foi a inclusão de um artigo de saída da União Europeia no Tratado de Lisboa, sendo estreada, pela primeira vez, pela própria Grã-Bretanha que propôs a sua inclusão.

Apesar da divergência sobre a integração europeia, existia um alinhamento de interesses entre os dois aliados, uma vez que “Portugal e o Reino Unido ainda mantiveram visões próximas dentro da União Europeia, primordialmente com base no elo atlântico comum, no reconhecimento da primazia do papel da NATO e dos Estados Unidos da América, quanto à segurança e defesa da Europa” (Balla e Rocha-Cunha, 2023, p. 633), que se vai manter após a implosão da União Soviética.

Ainda no quadro da NATO, Portugal acabou por seguir as posições da sua velha aliada e dos EUA em relação à Guerra do Afeganistão (2001-2021), Portugal integrou a Força Internacional de Apoio à Segurança (ISAF). O mesmo ocorreu perante a invasão do Iraque (2003), no qual o governo de Lisboa liderado pelo José Manuel Durão Barroso “assumiu um papel de anfitrião e de protagonista internacional num encontro que definiu o fim do trajeto diplomático em relação ao Iraque e o início de uma intervenção polémica e profundamente marcante para as lideranças políticas que a ela se associaram” (Lima, 2010, p. 1). Ambas ações evidenciam uma convergência de posições no quadro da NATO.

No âmbito das relações lusófonas, em 1996, Portugal segue as pisadas da sua velha aliada e junta as antigas colónias para fundar uma organização um pouco semelhante à Commonwealth, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que acaba por ter um cunho mais cultural, para gerir as relações pós-coloniais.

No plano da descolonização, ainda na década de 1990, mais especificamente, em 1997 e

“A decisão de saída do Reino Unido da União Europeia, em 2016, veio marcar uma etapa histórica mais recente na Aliança Luso-Britânica”

1999, respetivamente, Inglaterra e Portugal devolviam os territórios de Hong Kong e Macau para a República Popular da China. Sobre o caso da devolução de Macau, “dado o paralelismo com o caso de Hong-Kong, foram frutíferas as consultas entre os dois países com vista à transição daqueles territórios para a soberania da República Popular da China com o estatuto de Regiões Administrativas Especiais” (Godinho de Matos, 2023, p. 3). Sobre a questão de Timor-Leste, o governo de Londres absteve-se de envolver diretamente no assunto, no entanto, “impôs à Indonésia limitações à venda de armamento” (ibidem), como forma de pressão. Em ambos casos, “Portugal pôde beneficiar da influência inglesa no plano internacional enquanto membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas”, como nota Godinho de Matos (2023, p. 3).

Efetivamente, “com o fim da Guerra Fria, entretanto, o multilateralismo vai da expectativa de consagração como modelo universal de cooperação estatal à ameaça iminente de irrelevância pelas grandes potências” (Filho, 2023, p. 596), numa alusão do Fim da História, preconizado por Fukuyama (1999), cuja tese é colocada em causa pelo ataques terroristas do 11 de Setembro de 2001 e passa a ser mais contestada perante as grandes crises que estão a marcar o século XXI, desde a crise financeira de 2008 até à crise pandémica de 2019, que estão a minar a confiança pública no projeto europeu.

A decisão de saída do Reino Unido da União Europeia, em 2016, veio marcar uma etapa histórica mais recente na Aliança Luso-Britânica.

O governo de Lisboa assumiu, desde o início do processo do Brexit, uma posição de interlocutor ponte entre Londres e Bruxelas, enquanto procurava manter e renovar a Aliança Luso-Britânica nesta nova fase. A prova do esforço português acaba por ser visível com a concretização do novo quadro de cooperação bilateral pós-Brexit, assinado em 13 de junho de 2022, que abrange diferentes áreas, desde a emigração, a defesa, a segurança interna, e investigação e desenvolvimento científico, por exemplo (Portugal, 2022). O pragmatismo português nas negociações do Brexit evidencia a existência de uma flexibilidade que “foi acompanhada de importantes limites, refletindo o continuado empenhamento português no projeto europeu, bem como a necessidade de proteger alguns interesses nacionais específicos” (Raimundo, 2017, p. 118).

Após o Brexit, o Reino Unido deverá tentar transformar-se num espaço económico dinâmico e tentará constituir-se um parceiro privilegiado dos EUA. E ao mesmo tempo, procurará reforçar o seu papel à escala global recorrendo à sua posição central na Commonwealth (Cabinet Office, 2021), e atendendo à mudança do foco dos EUA para a região da Ásia-Pacífico, Londres integra a aliança de inteligência que reúne EUA, Austrália, Canadá e Nova Zelândia, designada por Five Eyes, no qual o Reino Unido procura preservar a sua relação especial com os EUA, e assumir um papel relevante na nova ordem mundial que parece estar a emergir, perante o fim do momento unipolar dos EUA. Um sinal importante dessas mudanças internacionais, como nota Godinho de Matos (2023) é a institucionalização da aliança AUKUS, entre Austrália, Reino Unido e EUA, tendo como propósito a contenção da República Popular da China na região da Ásia-Pacífico. O que pode contribuir para a desvalorização do Atlântico, cujo espaço geopolítico Portugal faz parte.

Porém, as crises não provocaram alterações radicais às linhas orientadoras e prioridades estratégicas da política externa portuguesa, até contribuíram para um aumento da valorização da dimensão atlântica e a dimensão lusófona dentro da ação externa portuguesa. Ao mesmo tempo, como notam Balla e Rocha-Cunha (2023, p. 631), “a Aliança Luso-Britânica sempre preservou o seu simbolismo e relevância num «tempo-mundial» comum, com base nos laços históricos, de segurança,

económicos e culturais comuns entre os dois países”. Posição partilhada por Godinho de Matos (2023, p. 3) que entende que Portugal terá que “saber reforçar as relações bilaterais com o Reino Unido e, também por essa via, ver facilitada a sua inserção num mundo cada vez mais complexo”, de cariz multipolar e pós-ocidental (Stuenkel, 2018).

Conclusão

Como nota Godinho de Matos (2023, p. 1), as alianças “são geralmente consideradas como constituindo acordos formais entre dois ou mais Estados com o objectivo de coordenar os respectivos posicionamentos face à eventualidade de ocorrências específicas”. Nesse sentido, as relações de Portugal com Inglaterra têm uma história longa e complexa, que reflectem traços geopolíticos convergentes e importantes laços socioeconómicos recíprocos, que foram forjados, ao longo do tempo. Apesar dos seus altos e baixos, a Aliança Luso-Britânica, formalizada durante a Idade Média, é consensualmente descrita como o principal ponto de referência das relações externas portuguesas. Aliás, no contexto do quadro da dialética peninsular, “Portugal foi indispensável o apoio inglês contra a Espanha; à Inglaterra é indispensável Portugal como cabeça de ponte e apoio para se defender do continente europeu” (Nogueira, 1985, p. 268), principalmente contra as grandes potências continentais europeias que almejam alcançar a hegemonia continental no Velho Continente, e para contrariar o imperialismo castelhano, sendo definido da seguinte maneira:

“Aljubarrota foi uma crise em que se jogou a nacionalidade: mas foi muito mais do que isso: foi o primeiro grande capítulo de uma crise permanente. Com efeito, e embora o fenómeno seja verdadeiramente coevo da própria fundação da nacionalidade portuguesa, nunca bem aceite pelas restantes monarquias peninsulares, a verdade é que o fenómeno do iberismo – com as coordenadas de que foi até à altura da expressão mais acabada e por isso se transformou em símbolo – o fenómeno do iberismo, (...) instalou-se na dialética peninsular, e nunca mais abandonaria Portugal” (Nogueira, 1985, p. 270).

O embaixador Franco Nogueira (1985, p. 274), afirma que “a história é a explicação do presente e a arte de prever, e que nada há de mais provisório e precário do que os sistemas e os mitos. Para os coevos, os tempos são sempre outros e são sempre novos”. O próprio ainda acrescenta que “no desconhecimento ou no olvido da história funda-se a convicção de que as situações não se repetem, de que as mesmas situações não resultam as mesmas consequências” (ibidem), numa alusão sobre a ignorância dos governantes sobre a História ou mesmo a falta de visão estratégica a longo prazo, o que pode comprometer a sobrevivência de Portugal como Estado-Nação soberano no sistema internacional, o que é um exemplo da coerência ao perfil de Portugal na História e no mundo (Lemos, 2024), uma vez que a aliança com Inglaterra é fundamental para contrariar a pressão continental. Todavia, “na história a culpa é como Janus, tem pelo menos dois rostos e outras tantas formas de ver e olhar para os acontecimentos. E se é certo que a Inglaterra soube tirar vantagem da fragilidade portuguesa, como por cá se alegava, isso só foi possível porque Portugal não se soube fazer forte” (Albuquerque, 2023, p. 477). Como observa Mathias (2024, p. 92), “a História é uma mistura explosiva entre a lógica das coisas, a previsibilidade das ações humanas, e as forças obscuras que atornam e dominam aqueles que as conduzem”, cuja posição vai ao encontro de Franco Nogueira (1985, p. 274) que afirma que “muitos se deixam deslumbrar com novos mitos, e acabam por acreditar que a vida de uma nação começa com eles; e a menos que se tenham por homens como nunca houve, deveriam concluir também que a vida acaba com eles; e daqui, entre outros fatores, a sua incapacidade em distinguir o que é efêmero do que é permanente, o que há de provisório por detrás daquilo que nos é apresentado em definitivo”, e é neste contexto que o fenómeno do iberismo tem que ser encarado, e é aqui que verificamos a importância do papel da aliança luso-britânica enquanto salvaguarda da soberania e da identidade nacional de Portugal contra a força centrípeta oriunda do regime de Madrid, cuja perspectiva encontra as suas origens na Batalha de Aljubarrota, e que o último Ministro dos Negócios Estrangeiros de António de Oliveira Salazar sintetiza da seguinte forma:

“E as coordenadas desta dir-se-iam ter sido fixadas por Afonso Henriques, que se apoiou no mar e deixou sempre vago o lugar atribuído a Portugal nas Cortes Hispânicas – onde nunca compareceu. E estas coordenadas podem sintetizar assim: nenhum interesse vital a defender na Europa, salvo na península; nenhum interesse directo nas querelas ou nas estruturas continentais europeias; busca de apoios exteriores contra pressões continentais, e este é o segredo da aliança luso-britânica, e que nos deveria levar atualmente à busca de um relacionamento especial com os Estados Unidos.” (Nogueira, 1985, p. 276-277).

Em todos os momentos que Portugal recuperava a sua independência era o “regresso a uma doutrina nacional e a uma dialética portuguesa, decerto, e que mergulhava as suas raízes na estrutura nacional defendida por João das Regras nas cortes de Coimbra” (Nogueira, 2000a, p. 66). Perante todas as convulsões e alterações da configuração do sistema internacional, a aliança entre Portugal e a Inglaterra sobrevive, uma vez que reúne “as características estruturais de tal aliança permitem aos aliados manter um elo para além do tempo ou de condições e percepções específicas de ameaça, construindo laços simbólicos e duradouros que reforçam e sustentam a aliança” (Filho, 2023, p. 622). Da mesma forma, “a Aliança Luso-Britânica consolidou-se no tempo como instrumento apelativo e constante para a proteção das partes face a um vasto leque de imprevistos e riscos históricos” (ibidem).

“Depois de 1974, tem-se insistido em Espanha na tese de que Portugal disse adeus ao Portugal das grandezas e vai agora abandonar o mar e reencontrar-se com Espanha, como um filho pródigo” (Nogueira, 1985, p. 275), numa tentativa de reinvenção do iberismo, com recurso ao projeto de integração europeia, cuja intenção se torna mais determinante depois do fim da Guerra Fria.

Perante a gradual perda de soberania em prol das instituições comunitárias, para o antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros, “é mais do que evidente e inevitável que a economia poderosa absorverá e esmagará a mais fraca, em qualquer caso e muito especialmente quando, além do poder económico, há o objetivo político de integração e absorcionismo.”

(Nogueira, 1985, p. 277), cenário que se pode verificar atualmente com as últimas crises económicas que Portugal enfrentou, no qual a economia espanhola tem conseguido assegurar a sua expansão territorial para Portugal, ao mesmo tempo, que temos assistido ao declínio económico e financeiro de Portugal, estando o Estado Português dependente do financiamento dos fundos comunitários para prosseguir com o seu desenvolvimento económico.

Mesmo após a saída do Reino Unido da União Europeia, verificamos que Londres continua a ter um papel na arquitetura de segurança e defesa do continente europeu, como podemos ver com o ativo contributo britânico no apoio à Ucrânia na guerra contra a Federação Russa, em comparação com a fragilidade da União Europeia, que não é um Estado, com especial atenção para a fraqueza do eixo franco-alemão, as duas grandes potências que procuram liderar o projeto europeu. O Reino Unido ainda continua a ser uma grande potência dentro do concerto europeu, apesar de já não ter a mesma relevância que tinha antes da Segunda Guerra Mundial, que Portugal pode contar para contrabalançar a pressão continental existente na Europa, perante a tentativa de continentalização da política externa portuguesa por influência das instituições comunitárias ou perante a narrativa iberista que encontra reflexos na política externa espanhola atual.

Na ótica do embaixador Franco Nogueira, cujo realismo político estava aliado ao nacionalismo português (Pinto, 2024), a aliança luso-britânica ainda não perdeu a sua importância como instrumento da política externa portuguesa contemporânea, e esclarece a sua posição, no seguinte excerto:

“E não pensemos que está ultrapassada a aliança: nem a participação de Portugal na NATO, nem o ingresso na CEE substituem ou invalidam a aliança luso-britânica. Os tempos não são novos, nem são diferentes: nem a Espanha abandonou o seu iberismo, nem a Inglaterra deixou de precisar de uma porta aberta para a Europa – e para o Mediterrâneo – em condições de emergência que podem sempre surgir. Mas tudo em última análise depende de nós próprios: ou temos força ou não temos, ou temos uma vontade ou não temos, ou somos uma na-

ção ou não somos. Por mim, não queria desesperar de que o milagre que nos conduziu até aqui se mantenha no futuro – mas para isso é preciso querer. Não há alianças que nos valham se não quisermos” (Nogueira, 1985, p. 280).

Referências bibliográficas

Albuquerque, R. (2023). As difíceis relações luso-britânicas no século XIX. In Araújo, A. M. R.; Ribeiro, J. S.; Gonçalves, M. C. & Monte, M. J. F. (ed.). 650.º aniversário da Aliança Luso-Britânica: balanço do passado e perspectivas de futuro, Coimbra: GESTLEGAL, pp. 461-477. <https://hdl.handle.net/1822/87655>

Balla, E. & Rocha-Cunha, S. (2023). A Aliança Luso-Britânica entre a “Europa Belicosa” e a feitura de um mundo plural. Araújo, A. M. R.; Ribeiro, J. S.; Gonçalves, M. C. & Monte, M. J. F. (ed.). 650.º aniversário da Aliança Luso-Britânica: balanço do passado e perspectivas de futuro, Coimbra: GESTLEGAL, pp. 621-638. <https://hdl.handle.net/1822/87655>

Cabinet Office. (2021). Global Britain in a Competitive Age: the Integrated Review of Security, Defence, Development and Foreign Policy. Policy Paper. <https://www.gov.uk/government/publications/global-britain-in-a-competitive-age-the-integrated-review-of-security-defence-development-and-foreign-policy>

Filho, J. A. (2023). A Aliança Luso-Britânica: promover ou evitar o multilateralismo. Araújo, A. M. R.; Ribeiro, J. S.; Gonçalves, M. C. & Monte, M. J. F. (ed.). 650.º aniversário da Aliança Luso-Britânica: balanço do passado e perspectivas de futuro, Coimbra: GESTLEGAL, pp. 593-620. <https://hdl.handle.net/1822/87655>

Fukuyama, F. (1999). O Fim da História e do Último Homem. Lisboa: Gradiva.

Godinho de Matos, M. (2023). Aliança Luso-Britânica: Linhas de força de um relacionamento secular. Anuário JANUS, 1-3. <https://observare.autonoma.pt/anuario/wp-content/uploads/sites/5/2023/09/A-Alianca-Luso-Britanica-linhas-de-forca-de-um-relacionamento-secular.pdf>

Kitchen, N. (2024). 8. Strategic assessment and grand strategy. Foreign Policy: Theories, Actors, Cases. Oxford: Oxford University Press. <https://www.oxfordpoliticstrove.com/view/10.1093/hepl/9780192863072.001.0001/hepl-9780192863072-chapter-8>

Lemos, P. B. de. (2024). Franco Nogueira e a fidelidade ao perfil de Portugal na História. Polis, 2(8), 97–98. <https://doi.org/10.34628/5QYV-YR22>

Lima, B. P. (2010). Portugal, o Iraque e a Cimeira das Lajes. Working Paper n.º 45. IPRI-NOVA. <https://ipri.unl.pt/index.php/pt/publicacoes-working-papers/working-papers/arquivo-wp/177-467>

Mathias, M. D. (2024). Homenagem ao Embaixador Franco Nogueira. Polis, 2(8), 91–93. <https://doi.org/10.34628/QQMT-1Q17>

Nogueira, A. F. (1985). “A Aliança com a Inglaterra: O Tratado de Windsor”. Aljubarrota 600 Anos – Ciclo de Conferências da Sociedade Histórica da Independência de Portugal. SI: Fundação Calouste Gulbenkian, 261-280.

Nogueira, A. F. (2000a). O Juízo Final. Porto: Livraria Civilização Editora.

Nogueira, A. F. (2000b). As Crises e os Homens. Porto: Livraria Civilização Editora.

Moreira de Sá, T. (2015). Política Externa Portuguesa. Lisboa: FFMS.

Pinto, J. N. (2024). Franco Nogueira e o realismo político. Polis, 2(8), 95–96. <https://doi.org/10.34628/CMBA-SW83>

Pontes, J. (2016). Política externa portuguesa : bilateralismo e multilateralismo. Revista Lusíada Política Internacional e Segurança, 1(13-14), pp. 71-112. <https://doi.org/10.34628/2v13-ec43>

Portugal. (2022). Portugal e Reino Unido relançam relação multisseular. <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/comunicacao/noticia?i=portugal-e-reino-unido-relancam-relacao-multisseular>

Raimundo, A. (2017). Portugal face ao Bre-

xit - Um europeísmo perseverante, mas sob pressão acrescida. *Relações Internacionais*, 1(56), 113-127. <https://doi.org/10.23906/ri2017.56a07>

Sardica, J. M. (2017). Fronteira inexpugnável: a hispanofobia de Franco Nogueira entre o Estado Novo e a Democracia. *Revista de História das Ideias*, 2(35), 111-137. https://doi.org/10.14195/2183-8925_35_5

Severiano Teixeira, N. (2010). Breve ensaio sobre a política externa portuguesa. *Relações Internacionais*, 1(28), 51-60. https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri28/n28a04.pdf

Silva, A. M. S. S. P. (2022). Aliança Luso-Britânica e o Brexit : desafios político-diplomáticos e impacto da saída do Reino Unido da União Europeia na relação entre Portugal e Inglaterra. Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais. Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10400.14/40578>

Stuenkel, O. (2018). O mundo pós-ocidental: Potências emergentes e a nova ordem global. Rio de Janeiro: Zahar.

Tavares, J. (2020) Franco Nogueira e a política externa portuguesa do Estado Novo. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Universidade Lusíada – Norte. <http://hdl.handle.net/11067/5896>

Tavares, J. (2023) Franco Nogueira e a política externa portuguesa do Estado Novo. Coimbra: Editora d'Ideias.

Tavares, J. (2024). A perspetiva de Franco Nogueira sobre o imperialismo alemão. *Polis*, 2(8), 99–105. <https://doi.org/10.34628/D6TF-N324>